

MARIA ISABEL JOÃO

ASPECTOS DO ENSINO E DA CULTURA
NO DISTRITO DA HORTA NO SÉCULO XIX

NÚCLEO CULTURAL DA HORTA
2007

Aspectos do ensino e da cultura no distrito da Horta no século XIX

por *Maria Isabel João*

A instrução: um desiderato liberal

O desenvolvimento da instrução pública, segundo a expressão consagrada no século XIX, foi um dos grandes desideratos do liberalismo. Como se refere num relatório da Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo, “de todas as reformas para melhorar a administração pública a instrução é, inquestionavelmente, aquela que primeiro deve ser atendida, porque dela depende essencialmente a civilização, e desta a existência da liberdade, princípio fundamental da sociedade no presente século.”¹ O facto dos cidadãos serem chamados a tomar parte activa e directa na vida política da nação impunha que fossem instruídos, uma missão que cabia, antes de mais, aos poderes públicos. Mas a participação dos particulares nunca foi menosprezada pelos liberais, que consagraram o princípio da liberdade do ensino. Assim, a par das escolas oficiais, havia um grande número de escolas particulares e um significativo movimento associativo que procurou difundir a instrução através das mais variadas agremiações, apoiadas na boa vontade das pequenas elites cultas oitocentistas. Os meios públicos eram geralmente escassos em Portugal e o concurso dos privados tornava-se indispensável para fazer chegar as luzes da instrução aos vários cantos do país, mormente nas ilhas dos Açores.

Por instrução entendia-se, basicamente, o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais dos seres humanos, as quais começavam por aprender a ler, escrever e contar. Foi efectivamente no nível do ensino primário que se fez o maior investimento ao longo da centúria. As primeiras medidas remontaram à estada de D. Pedro nas ilhas açorianas, visando a criação de aulas de primeiras letras. A reforma de Passos Manuel, em 1836, deu um impulso decisivo aos projectos liberais no campo da educação. Três princípios fundamentais deviam nortear o ensino primário da

¹ VALLADARES 1875: 2.

responsabilidade do Estado: o carácter laico, gratuito e obrigatório. O ensino era considerado laico por ter deixado de ser ministrado pelas congregações religiosas. Estava essencialmente a cargo de leigos, se bem que, no caso dos Açores, tenham sido feitos vários apelos para que os padres se empenhassem na instrução, devido à falta de professores. Porém, do ponto de vista do conteúdo, o ensino estava longe de ser laico, visto que a doutrina cristã fazia parte das matérias ensinadas e entre os compêndios adoptados contava-se a *Bíblia da Infância ou História Resumida do Novo e Velho Testamento*, do abade Martinho de Noirlieu, traduzida pelo reverendo António de Castro. De facto, não havia propinas no ensino público, mas os livros e os instrumentos de trabalho tinham de ser fornecidos pelos pais das crianças. Nem todos dispunham de capacidade financeira para comprar os compêndios, entre os quais se pode destacar para o início dos anos 60: a *Enciclopédia das Escolas de Instrução Primária*, de Latino Coelho, o *Manual Enciclopédico*, de Emílio Aquiles Monteverde, os *Elementos de Gramática Portuguesa*, do reverendo Jerónimo Emiliano de Andrade, os *Elementos de Aritmética*, de Étienne Bezout, a *Selecta Clássica*, de António Moniz Barreto Corte Real, o *Compêndio do Novo Sistema Legal de Medidas*, de Fradesso da Silveira, e a *História de Portugal*, de António Francisco Moreira de Sá. Apesar da lei setembrista consagrar a obrigatoriedade do ensino, não previa quaisquer medidas punitivas para quem não cumprisse, antes preconizava que as municipalidades, os párocos e os próprios professores deviam utilizar todos os meios prudentes para persuadir os que fossem descuidados no envio dos filhos às escolas. Na reforma de 1844, Costa Cabral foi mais longe e estipulou multas, aplicáveis pelo Administrador do Concelho, para as famílias que não cumprissem o preceito legal. As leis continuaram a procurar formas de tornar realmente obrigatório o ensino primário, mas “as medidas punitivas por certo foram raramente aplicadas”². De tal modo que as taxas de analfabetismo se mantiveram muito altas, com diferenças sensíveis entre os três distritos açorianos.

Quadro A – O analfabetismo em 1890 nos Açores

Distritos	População de facto	Analfabetos	Percentagens		
			Total	H.	M.
Horta	58685	42734	72,8 %	72,5 %	73,1 %
Angra	72151	53939	74,7 %	74,9 %	74,6 %
Ponta Delgada	124758	100070	80,2 %	81,5 %	79,1 %

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892, Lisboa, INE, p. 3.

O distrito da Horta é o que apresenta as taxas mais baixas de analfabetismo, mesmo inferiores às do continente que eram de 79,2% no mesmo ano. O distrito de Ponta Delgada distingue-se por ser o que tinha uma percentagem mais elevada de analfabetos, com as mulheres em ligeira vantagem em relação aos homens. Apesar

disso, ao longo do século não deixou de haver uma constante melhoria no número de escolas, de professores e de alunos matriculados, como veremos.

Em 1824, segundo os documentos revelados por Madruga da Costa, a situação ainda era muito precária na então comarca da Horta. As aulas existentes limitavam-se ao Latim e às primeiras letras e não iam além de quatro e oito, respectivamente³. Todas as vilas da ilha do Pico e a vila da Horta possuíam os dois tipos de aulas, cada uma leccionada por um único professor. As Flores só possuíam aulas de primeiras letras e o Corvo nem isso. Assim, havia no total doze professores, dos quais três eram membros do clero. A população escolar quedava-se pelos trezentos alunos no total, o que significa que só uma parte ínfima da população frequentava a escola.

Em meados do século XIX, os relatórios dos governadores civis permitem traçar um panorama da instrução pública e privada nos distritos dos Açores. Assim, no ano lectivo de 1855-56, no distrito da Horta leccionavam o ensino primário dezanove professores e o número de alunos cifrava-se em 1.244, dos quais somente 211 eram meninas. A distribuição pelas ilhas apresenta diferenças consideráveis, dada a sua envergadura populacional e económica. Deste modo, na ilha do Faial oito professores ensinavam 522 alunos, no Pico sete mestres distribuíam-se por 450 discentes, nas Flores três docentes ocupavam-se de 249 discípulos e no Corvo havia um único professor para 23 pupilos. O magistério ainda era uma actividade essencialmente masculina e só existiam três mestras: duas no Faial e uma em Santa Cruz das Flores para ensinar as poucas meninas que frequentavam a escola. Na ilha do Pico e no Corvo o ensino era exclusivamente masculino, bem como na maior parte das freguesias. Apesar do número de estudantes ainda ser baixo, tinha havido já uma considerável evolução: no ano lectivo de 1849-50, o total de discípulos era somente de 684, ou seja, houvera quase uma duplicação do número de alunos em meia dúzia de anos. Mesmo assim, a Junta Geral do distrito, numa sessão do final do ano de 1856, solicitava ao governo a abertura de mais oito escolas primárias, das quais duas destinadas a meninas na freguesia de S. Roque do Pico e nas Lages das Flores. No início dos anos 60, o número de alunos continuava a apresentar uma subida, tendo-se matriculado 1.433 estudantes de ambos os sexos nas escolas públicas. Contudo, só 984 as frequentavam regularmente; 63 alunos tinham ficado prontos no final do ano, mas somente 42 fizeram os exames. Nas escolas livres de instrução primária havia mais 456 alunos, dos quais 135 frequentavam uma escola nocturna na cidade da Horta sustentada por uma associação particular.

A maioria das escolas só dispunha de um professor e era utilizado o método do “ensino simultâneo”, em que o professor leccionava para o conjunto da classe. Outro método comum era o “ensino mútuo” que consistia nos alunos mais adiantados colaborar no ensino dos principiantes. Os governadores civis expunham nos relatórios as enormes carências do sistema de instrução primária, em particular as más condições de alojamento, a falta de mobiliário e de utensílios, bem como de preparação de uma grande parte dos docentes para o exercício do magistério. Este

³ COSTA 2000: 426.

também não devia ser muito atractivo, porque várias vezes se reclamava contra a “mesquinhez dos ordenados”. O governador civil da Horta propunha várias medidas para melhorar a qualidade do ensino, destacando a necessidade de inspecções competentes e regulares. Na época havia a obrigatoriedade dos administradores dos concelhos fazerem inspecções mensais às escolas, mas a uns escasseava o tempo e a outros as habilitações para o efeito. Salvaguardadas as excepções que há sempre, aqueles funcionários não eram de facto as pessoas mais indicadas para esta missão.

Maugrado todas as dificuldades nota-se uma significativa evolução, de tal modo que, no ano lectivo de 1872-1873, somente três freguesias do distrito não dispunham de escola primária⁴. O número total de escolas oficiais tinha, entretanto, subido para 29 masculinas, com 1.485 rapazes matriculados, e 13 femininas, com 929 meninas. Em 1888-89, o número de freguesias sem escola ainda se reduziu para duas e o número de escolas masculinas aumentou para 35, com 2.100 rapazes matriculados, e 30 femininas, com 1.773 meninas. Havia ainda uma escola mista e duas escolas que ministravam ensino primário elementar e complementar, para quem queria prosseguir os estudos. Mas a grande maioria quedava-se pelo ensino elementar. Se somarmos as escolas públicas e as particulares, o distrito da Horta registava 99 escolas nas estatísticas oficiais e 4.852 alunos matriculados, dos quais 52,3% eram do sexo feminino. A situação tinha-se invertido e eram, agora, as raparigas que constituíam a maioria dos estudantes, no ensino elementar. Mas este número é enganador, porque a frequência não era muito regular e havia elevadas taxas de abandono escolar. No ano de 1884-1885, em que possuímos o número de crianças recenseadas no distrito da Horta chegamos à conclusão que 79,7% estavam matriculadas, mas a maior parte acabaria por não obter a necessária formação⁵. Só assim se compreende que o analfabetismo se tivesse mantido tão elevado, atingindo ainda cerca de 73% da população total do distrito em 1890, como vimos.

No ano de 1888-1889, o distrito da Horta apresentava uma média de 1,7 escolas por 1000 habitantes. Uma zona altamente periférica possuía, de forma surpreendente, a taxa mais elevada do país, seguida por um distrito do interior, a Guarda (1,4), enquanto que os distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo vinham logo atrás deste do continente (1,3). As condições higiénicas e pedagógicas ainda continuavam a oscilar, na maioria das escolas oficiais, entre o sofrível e o mau. No distrito da Horta, somente 10 edifícios tinham sido construídos ou adaptados para serem escolas; 56 eram alugados ou prestados gratuita e provisoriamente para a função. Nas escolas oficiais trabalhavam 71 professores, nomeados pelo Governo ou pelas Câmaras Municipais: 66,2% eram vitalícios, 11,3 % temporários, 15,5 % interinos e havia também cinco ajudantes. A profissão ainda era maioritariamente masculina (38), mas já havia um número bastante aproximado de mulheres (33). Contudo, se juntássemos as mestras das 22 escolas particulares femininas o número de mulheres aumentaria substancialmente e mudava o panorama profissional. No mesmo ano funcionavam oito cursos nocturnos, que abrangiam 326 alunos, entre menores e adultos, sobretudo do sexo masculino. Em prol da educação dos açorianos

⁴ Dados extraídos do *Anuário Estatístico de Portugal*, Anos de 1875 e 1892, do INE.

⁵ *Anuário 1885 1887*: 186-187.

mobilizaram-se também algumas associações cívicas, em especial as ligadas à maçonaria. Entre as agremiações que tiveram um papel importante no ensino importa destacar a Sociedade Amor da Pátria e o Grémio Literário Faialense, ambas na ilha do Faial⁶.

Os liceus foram criados pela reforma de Passos Manuel, depois reiterada pela de Costa Cabral, em 1844, mas demoraram algum tempo a ser realmente implantados em várias capitais de distrito. Nos Açores, teve de se esperar alguns anos para que comesçassem a funcionar com regularidade. Sobre o liceu da Horta existe a notável monografia feita por Carlos Lobão que considera que o primeiro acto oficial que conduz à criação efectiva do liceu se verifica em 1849, quando foi nomeado o seu primeiro comissário de estudos e futuro reitor, João de Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila. Em 1852, já registava o primeiro grupo de 54 alunos⁷, o qual se elevou para 70 no ano lectivo de 1855-56, segundo o relatório do governador civil. O liceu dispunha de somente quatro professores que dividiam entre si as cadeiras existentes. Na ilha do Pico, na vila de S. Roque e nas Lajes, e em Santa Cruz das Flores funcionavam aulas de instrução secundária não especificadas no relatório, cada uma das quais tinha um professor e, respectivamente, dezanove, dezassete e sete discípulos matriculados. Assim, naquele ano, havia no total 113 estudantes a frequentar cadeiras de instrução secundária no distrito da Horta. No liceu nacional funcionavam as disciplinas que faziam parte do programa oficial e as aulas anexas eram, geralmente, de Latim, destinando-se aos mancebos que queriam ingressar no clero.

Os liceus tiveram uma importância significativa na vida cultural das ilhas açorianas, apesar do provimento de professores ser difícil. Nos relatórios dos governadores civis de meados do século solicitava-se ao governo a criação de uma cadeira de náutica no Liceu Nacional da Horta para habilitar os jovens que queriam ingressar numa carreira na marinha de pesca. Referia-se, inclusive, que muitos açorianos andavam na caça da baleia, nas embarcações americanas, e que teriam mais facilidade em subir a capitães ou a pilotos se tivessem as necessárias habilitações. Mesmo assim, alguns homens do distrito conseguiam pela sua destreza e habilidade adquirir uma boa posição nas armações baleeiras americanas. Porém, esta dimensão prática faltava ao ensino liceal que se destinava, sobretudo, a preparar os futuros bacharéis e os funcionários da administração pública.

O número de estudantes neste nível de ensino manteve-se relativamente diminuto. Em 1874-1875, segundo o *Anuário Estatístico*, havia 113 estudantes matriculados no liceu da Horta, os quais se distribuam por várias disciplinas e eram, na esmagadora maioria, alunos voluntários. Naquele ano, fizeram exames de passagem nas cadeiras somente 12 alunos ordinários e 69 voluntários, que foram admitidos com classificações entre 10 e 14 valores. Além disso, mais 16 alunos estranhos ao liceu requereram para realizar exame e foram aprovados. Nenhum aluno teve aprovação “com distinção”, mesmo entre os 34 que fizeram o exame final. As aulas anexas ao liceu continuavam, desta vez, na vila da Madalena e em Santa Cruz das Flores, em torno de uma dezena de alunos. A maioria frequentava as classes de latim e latinidade,

⁶ DIAS s/d: 4.

⁷ LOBÃO 2004: 8.

apesar de haver também alguns inscritos em português e francês.

Em 1891-1892, havia 42 alunos internos no liceu da Horta, individualmente contados, e 94 matriculados em disciplinas, dos quais 35,1% não fizeram os exames. Todavia, a maioria dos alunos foi examinada e obteve aprovação, destacando-se seis “distintos”. Os alunos externos foram 45, no total das duas épocas, e as percentagens de reprovação andavam pelos 20 %, sem nenhum “distinto”. Nos outros distritos açorianos o número de alunos dos liceus era, naturalmente, mais elevado, mas também abrangia uma parte diminuta da população. O ensino liceal requeria o pagamento de propinas e só era acessível a uma minoria das classes altas e médias urbanas. Mais escassos ainda eram aqueles que tinham a sorte de poder prosseguir os estudos no ensino superior. Entre 1886 e 1891, o número de alunos do distrito matriculados em cada ano nos cursos superiores rondava as duas dezenas e o maior número era proveniente da Horta. Das vilas da ilha do Pico iam um ou dois alunos, no máximo três, e da Santa Cruz das Flores outros tantos. Os estudantes distribuíam-se pelos cursos de Direito, de Letras, Ciências Matemáticas e Físicas, Engenharia Civil, Medicina e Cursos Militares. O grande desiderato do liberalismo monárquico com a educação ficou muito aquém dos objectivos e dos princípios teóricos. A alfabetização das populações continuou a ser muito insuficiente e os ensinos médio e superior só atingiam uma minoria. Este não era um problema exclusivo do distrito da Horta, mas de todo o país.

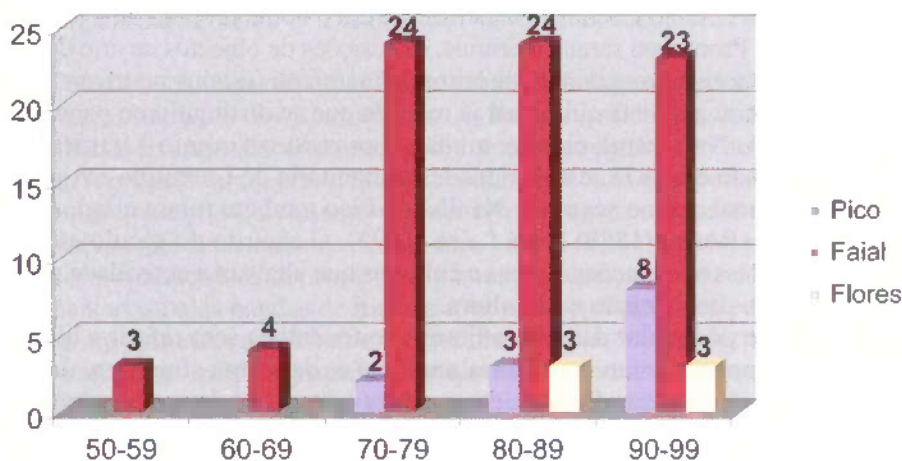
Uma cultura literária e burguesa

Uma das marcas diferenciadoras da ideologia liberal era a defesa da liberdade de opinião e da formação de uma opinião pública que, de algum modo, pudesse opor-se aos abusos do poder. Por isso, o desenvolvimento da imprensa foi uma das conquistas mais importantes da sociedade oitocentista, com a proliferação de títulos e de polémicas, por vezes acerbas, nas páginas dos periódicos. Como é sabido, a tipografia só chegou aos Açores no final de 1829 e os primeiros jornais foram as folhas oficiais publicadas pelos governos da regência liberal, na ilha Terceira e, por um curto período de tempo, na cidade de Ponta Delgada. Os primeiros jornais datam, por conseguinte, da década de 30, mas na ilha do Faial o mais antigo só foi publicado mais tarde. A 10 de Janeiro de 1857 foi lançada na Horta uma folha semanal, intitulada *O Incentivo*, mercê do entusiasmo de João José da Graça que viria a ter vários dissabores por causa da sua ousadia⁸. Contudo, o primeiro passo estava dado e, como se pode constatar pelo gráfico, o número de títulos cresceu rapidamente, na ilha do Faial, sobretudo nas três últimas décadas do século. Mas a grande maioria tinha um período curto de vida, um a dois anos, e era composta por folhas noticiosas e literárias semanais. A política partidária tinha um peso considerável nesta profusão de títulos que era incentivada pela aproximação dos períodos de eleições. *O Açor* (1889-1893) foi o primeiro jornal diário da Horta, ao qual se seguiu *O Telégrafo*, fundado em 1893 por Manuel Emídio Gonçalves, que se publicou até ao início do mês de Outubro de

2004. A sua longevidade é uma exceção, visto que somente oito periódicos conseguiram durar cinco ou mais anos, terminando alguns no início do século XX.

A ilha do Pico teve um número muito menor de periódicos e o primeiro semanário surgiu na vila da Madalena, em 1874, com o título *O Picoense*, tendo acabado ainda antes do fim daquela década (1877). Na ilha das Flores, só em 1885 surgiu o primeiro jornal, quinzenal, que se publicou durante uma década. Ao contrário da imprensa faialense, os periódicos do Pico e das Flores apresentavam maior estabilidade e prologavam-se por quatro, cinco ou mesmo mais anos. Nesta ilha, tal como nas Flores, as folhas eram semanais ou, nalguns casos, quinzenais. Na ilha do Corvo não existia imprensa.

Criação de periódicos no século XIX



Fonte: *Jornais Açorianos – Catálogo*, Ponta Delgada, BPAPD, 1995

A imprensa desempenhou um papel fundamental na divulgação de escritores e literatos locais que deixaram muitos trabalhos dispersos pelos jornais e pelas revistas, nos quais colaboravam de forma nem sempre muito regular. Entre estas publicações pode-se indicar o *Grémio Literário* (1880-1884), onde se destacaram Ernesto Rebelo, Manuel Zerbone Júnior e Florêncio Terra, ou *O Açoriano* (1883-1896), fundado por Manuel Garcia Monteiro. O distrito da Horta teve, sobretudo na segunda metade do século XIX, uma plêiade distinta de figuras que cultivaram as letras. Desde logo o jornalismo exercia uma especial atracção sobre esses homens, mas também a poesia, a ficção, sob a forma de novelas e romances que se publicavam em folhetins, e o teatro de comédia ou os dramas. Alguns nomes sobressaíram no panorama insular, como Miguel Street de Arriaga, o prolixo António de Lacerda Bulcão, os irmãos Arriaga, Rodrigo Guerra, natural do Pico, entre outros já referidos ou menos destacados. Entre as mulheres importa referir Hermenegilda de Lacerda.

A geração mais antiga foi influenciada pelos neoclássicos e o arcadismo, como João Pereira de La Cerda. Nos anos 40, começou a fazer sentir-se a influência do romantismo que se prolongou ao longo do século. Alguns autores evoluíram para

o realismo e outros enveredaram pelo parnasianismo, em que se salientou Manuel Garcia Monteiro, um tipógrafo natural da Horta que emigrou para os Estados Unidos, onde conseguiu formar-se e exercer medicina⁹. Finalmente, já nos anos 90, distinguiram-se os irmãos Carlos Mesquita, que foi professor da Faculdade de Letras de Coimbra, e Roberto Mesquita, naturais da ilha das Flores. Têm sido inseridos na corrente simbolista, de que o segundo foi considerado um dos mais originais e distintos representantes na língua portuguesa¹⁰. Contudo, a sua obra *Almas Cativas* só em 1931 teve uma edição póstuma, a que se juntou mais tarde os *Poemas Dispersos*.

Além da imprensa, os Grémios Literários¹¹ e as sociedades recreativas foram também um factor de sociabilidade importante para os letrados açorianos. Estas agremiações estavam na quase totalidade dominadas por elementos da maçonaria. Na Horta, foi instalada a loja Amor da Pátria, em 1859, que se distinguiu em vários campos e tinha o seu gabinete de leitura, bem provido de revistas e jornais¹². Em 1874, apareceu o Grémio Literário Faialense que era o nome profano da loja maçónica Luz e Caridade. Promoveu saraus literários, exposições de objectos de arte do distrito, abriu uma biblioteca e um gabinete de leitura, dinamizou festejos no tricentenário de Camões e publicou a revista quinzenal já referida que se distinguiu no panorama das letras açorianas. Na mesma cidade, ainda sobressaiu o Grémio Literário Artista Faialense, fundado em 1878, e a Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura, constituída no final do ano seguinte. Na ilha do Pico também foram criados grémios nas vilas de São Roque (1888) e das Lajes (1895). O espírito do século estava bem representado nestas associações cívicas e culturais que aliavam a actividade recreativa com a promoção da instrução e da cultura.

Não se pode falar da cultura literária oitocentista sem referir a história e a pedagogia. O conhecimento da história nacional e, de forma simétrica, da história dos concelhos e das regiões foi uma das grandes ocupações de um numeroso grupo de investigadores e de curiosos que contribuíram, com os seus opúsculos, folhetos e artigos na imprensa, para trazer a lume muitos factos e figuras que tinham sido esquecidos. O resgatar da memória histórica prendia-se com a vontade de dar a conhecer aos cidadãos o passado da comunidade. Deste modo, criavam-se laços e formas de identificação colectiva com figuras e acontecimentos que passavam a fazer parte de um certo imaginário simbólico. A nova divisão administrativa em distritos, fruto das reformas liberais, levou Vitorino José Ribeiro, natural da ilha do Pico, a publicar umas *Breves linhas históricas sobre as quatro ilhas de que se compõe o distrito da Horta*, em 1862. Já no início dos anos 70, António Lourenço da Silveira Macedo escreveu uma obra mais volumosa sobre a *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, onde compilou informações de diversos autores e documentos extraídos das repartições públicas, como refere no próprio título. Os três volumes da obra representam um considerável esforço daquele professor do liceu da Horta para a construção memória local, apesar das suas “imperfeições”, na expressão

⁹ SILVEIRA 1977: 169.

¹⁰ IDEM: 208.

¹¹ ENES^a s/d.

¹² LIMA 1943: 506-508.

de Marcelino Lima¹³. Outras obras menores foram surgindo, nomeadamente os *Anais do Município das Lajes das Flores*, por João Augusto da Silveira. Este foi por certo influenciado pela determinação do Ministério do Reino, de 1847, que mandava as Câmaras Municipais disporem de um relato dos sucessos notáveis dos concelhos. Nas Lages do Pico ainda se chegou a constituir uma numerosa comissão para o efeito, mas sem qualquer resultado¹⁴, como por certo aconteceu noutros concelhos.

Um dos aspectos mais valorizados pela cultura liberal foi a pedagogia, o que se prendia com a importância atribuída à educação do povo. Deste modo, também nos Açores se destacou mais de uma dezena de indivíduos que, além de se dedicarem ao magistério primário e secundário, foram autores de compêndios escolares e de obras de divulgação científica¹⁵. Na Horta, distinguiu-se João José da Graça, professor do liceu, advogado e maçom, que deixou a sua colaboração espalhada por muitos jornais e editou vários compêndios. António L. da Silveira Macedo também publicou vários manuais elementares de ensino, aprovados pela Junta Consultiva de Instrução Pública¹⁶.

No domínio musical, um dos fenómenos mais interessantes das ilhas açorianas consiste na proliferação das filarmónicas. As bandas militares que acompanharam o exército liberal tiveram, decerto, um papel importante na difusão desta ideia entre os açorianos. A própria farda, entretanto simplificada, é uma evolução da farda militar. Mas, em simultâneo, o movimento associativo de carácter recreativo e cultural que se desenvolveu nas zonas urbanas, como face visível da maçonaria, também não teria sido alheio à fundação de diversos agrupamentos musicais¹⁷. As festas passaram a ser abrilhantadas pelas bandas de música e mesmo os coretos dos parques e passeios públicos eram animados pelas fanfarras, nos dias de gala. Muitas destas bandas tinham os seus mecenas, mas as populações também contribuíam para as sustentar, tornando-se um motivo de orgulho das freguesias. Em solenidades religiosas e políticas, em momentos festivos, nas recepções aos conterrâneos ilustres ou aos visitantes estrangeiros de gabarito, as filarmónicas tornaram-se um elemento indispensável. Assim, na ilha do Faial, a filarmónica mais antiga foi fundada em 1858 e manteve-se em actividade: Sociedade Filarmónica Artista Faialense¹⁸. No século XIX, ainda foram criadas mais duas, em 1881, e uma em 1897. No Pico, a primeira de que temos registo fundou-se em 1864: Filarmónica Liberdade Lajense. Surgiram mais três filarmónicas, nas duas últimas décadas do século. Nas Flores, a mais antiga parece ter sido a Filarmónica Amizade, fundada em 1875. Só mais uma foi criada em 1892, surgindo as restantes já no século XX. No Corvo, a primeira filarmónica remonta a 1918: a Filarmónica União Musical Corvina.

Outra arte que se expandiu no século XIX foi o teatro, com a construção das principais salas de espectáculo nas capitais de distrito e o desenvolvimento das sociedades recreativas e culturais, um pouco por todas as ilhas. O teatro era uma

¹³ LIMA 1943: 559.

¹⁴ ÁVILA 1993: 175.

¹⁵ DIAS 1931: 341-434.

¹⁶ IDEM: 65.

¹⁷ ENES^b s/d: 1.

¹⁸ ENES^b s/d: s/n.

actividade lúdica e mundana na sociedade portuguesa e, nas ilhas, a realização de um espectáculo representava uma oportunidade de divertimento que sacudia o marasmo do viver quotidiano. Na Horta, um grupo de amadores construiu um pequeno teatro no convento de Santo António, em 1845¹⁹. Ali foram representados melodramas e tragédias. O teatro, com o primitivo nome de Tália, foi transferido para um granel de João de Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila. Pela mesma altura, a meados do século XIX, funcionava outro teatro animado por uma sociedade de artistas. O interesse do público dispôs João de Bettencourt Vasconcelos a construir um edifício novo, o Teatro União Faialense que foi inaugurado em 1856. Seguiu-se um período de grande entusiasmo pela arte teatral que contou com peças de autores locais, como Street de Arriaga e Ernesto Rebelo, entre outros. Em 1884, o Teatro União Faialense ainda foi melhorado, devido ao incentivo dado pelo presença do amador e escritor de teatro Eça Leal, que vinha desempenhar o cargo de escrivão da fazenda. Porém, grande parte do seu tempo parece ter sido dedicada ao teatro: escrevia, traduzia, encenava, ensaiava e representava peças, contribuindo para apurar o gosto por esta arte nos faialenses. Além deste, existiram vários teatros, como os do Grémio Literário Faialense e da Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura. Em algumas casas particulares também se improvisavam palcos e espectáculos de amadores.

No Pico e nas Flores, a Arte de Talma também teve os seus amadores. Nas Lages do Pico estreou-se, em 1893, uma sociedade teatral com um espectáculo numa parte do edifício do antigo convento dos Franciscanos, entretanto adaptado para o efeito²⁰. Apesar das condições serem deficientes, o espectáculo teve sucesso e outros se seguiram mercê do entusiasmo dos artistas amadores e do público. Na ilha das Flores, já nos anos 70 se realizavam espectáculos de teatro na vila de Santa Cruz que veio a ter o Teatro Luz e Caridade, inaugurado em 1881, numa casa arranjada com essa finalidade²¹.

Com o apontamento sobre o teatro, fica completa esta apresentação sobre os aspectos da cultura no distrito da Horta, no século XIX. Muito mais haveria para contar, mas esta breve panorâmica mostra que o distrito da Horta, mormente a sua capital, acompanhavam os movimentos culturais daquela época e as suas pequenas elites inseriram-se no espírito do século. No domínio da instrução pública, da imprensa, da cultura literária, da construção das memórias locais, através da história, das filarmónicas e do teatro vê-se que estamos perante uma periferia que resiste aos condicionalismos dessa situação e que não era, afinal, excêntrica ao mundo. A condição insular e a localização privilegiada, no cruzamento das rotas atlânticas, continuaram a possibilitar o contacto com o exterior e a chegada das novas ideias e sensibilidades, isto é, de renovadas formas de recriar e de desenvolver a cultura. Se, por um lado, se notava um arcaísmo persistente no viver das ilhas; por outro lado, as suas minorias letradas não deixaram de acompanhar o seu tempo, marcado pela expansão da imprensa e da opinião pública, pelo associativismo político e cultural, por uma socialização da cultura que transcendia os salões aristocráticos e vinha ao encontro das classes médias, dos pequenos burgueses e mesmo do povo, nas escolas e nas associações recreativas.

¹⁹ LIMA 1943: 518.

²⁰ ÁVILA 1993: 151.

²¹ GOMES 1997: 305.

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

- Anuário Estatístico de Portugal 1875, 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional.
Anuário Estatístico de Portugal 1885, 1887, Lisboa, Imprensa Nacional.
Anuário Estatístico de Portugal 1892, 1899, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ÁVILA, Ermelindo, *Figuras & Factos, Notas Históricas*, 1993, s/l, Associação de Defesa do património da Ilha do Pico.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, 2000, “A instrução na comarca da Horta em 1824”, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. IV, nº 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 409-464.
- DIAS, Teixeira, s/d, “Educação”, *Enciclopédia Açoriana*,
<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=2916>, capturado em 25/02/2006.
- DIAS, Urbano Mendonça, 1931, *Literatos dos Açores*, s/l, s/n.
- ENES^a, Carlos, s/d, “Grémios Literários”, inédito, gentilmente cedido pelo autor.
- ENES^b, Carlos, s/d, “Filarmónicas” *Enciclopédia Açoriana*,
<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=6824>, capturado em 10/03/2006.
- GOMES, Francisco António Nunes Pimentel, 1997, *A Ilha das Flores: da redescoberta à actualidade (Subsídios para a sua história)*, s/l, Câmara Municipal de Lajes das Flores.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1990, “Introdução: a historiografia açoriana na 1ª metade do séc. XIX”, Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, s/n, pp. I-XXIV.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1991, *Um século de historiografia açoriana (1850-1950)*, Comunicação apresentada à Sessão Ordinária de 8/3/91 da Academia Portuguesa de História (policopiado).
- LIMA, Marcelino, 1943, *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva.
- LOBÃO, Carlos, 2004, *Liceu da Horta: Memória Institucional*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.
- MELO, João de, 1978, *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Vega.
- Relatório sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes (1856-1866)*, 1857-1868, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVEIRA, Pedro, 1977, *Antologia da Poesia Açoriana dos Séculos XVIII a 1975*, Lisboa, Sá da Costa.
- TORGAL, Luís Reis, 1993, “A Instrução Pública”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, V, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 609-651.
- VALLADARES, Gualdino Alfredo Lobo de Gouvea, 1875, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito d’Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, Tip. Do Governo Civil.

Separata do IV Colóquio
O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX
7 a 12 de Maio de 2006